

Turismo e Desenvolvimento Sustentável

*Sustentabilidade Turística no Sudoeste do Continente Português**

Vítor Matias Ferreira^{*}; Joana Chorincas^{**}; Aida Valadas de Lima^{***};
Eduardo Limbert^{****}; Edgar Rocha^{*****}

Resumo: Este artigo tem como objectivo apresentar a problemática do desenvolvimento turístico sustentável do Sudoeste do continente português, num contexto de crescente procura turística e de um aumento muito significativo da oferta decorrente dos inúmeros projectos turísticos promovidos por grandes grupos económicos ligados ao turismo (alguns destes projectos já em fase avançada de construção). Os desafios da sustentabilidade do Sudoeste são já muito evidentes, tornando-se pertinente uma reflexão sobre as condições de desenvolvimento turístico sustentável desse território.

Palavras-chave: Sudoeste; Desenvolvimento Sustentável; Turismo e Sustentabilidade.

Apresentação

A Costa Sudoeste do continente português constitui um território de forte apetência turística, em grande medida também pela sua elevada qualidade ecológica e paisagística. Abrangendo a totalidade dos concelhos situados no litoral sudoeste (Alcácer do Sal, Grândola, Sines, Santiago do Cacém, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo), essa mesma litoralidade acabou por determinar uma acentuada valorização territorial. De resto, o próprio Alentejo Litoral (reunindo os primeiros cinco concelhos acima referidos) constitui o espaço regional com mais elevados índices de desenvolvimento económico e social de todo o Alentejo. Esse conjunto de características, sucintamente mencionadas, permite retratar a relevância estratégica, do ponto de vista económico, social e ambiental, daquele território. O que, naturalmente, estará também na origem da intensificação turística que, sobretudo nos últimos anos, se tem vindo a verificar.

Aquele incremento turístico, implicando globalmente, mas também ao nível local, fortes pressões

exógenas naquela região, coloca, de imediato, uma questão de fundo sobre a sustentabilidade dos projectos, das acções e dos resultados que, naquele domínio, necessariamente estarão a ter impacto no respectivo território. Foi essa questão, de resto, que esteve na base e que acabou por orientar o desenvolvimento da investigação e das linhas de pesquisa do estudo entretanto realizado (referido na nota anterior). O aprofundamento analítico dessa questão central permitiu-nos, inclusivamente, sistematizar um conjunto de orientações de turismo sustentável para aquela região – estruturadas, em grande parte, a partir da avaliação analítica que aqui relatamos – mas que razões de espaço nos impedem de apresentar (pelo que nos permitimos remeter a eventual curiosidade do leitor para a futura publicação desse estudo).

O texto que se segue, retomando o mencionado capítulo do estudo em causa, está organizado em três tópicos fundamentais que, no seu conjunto, permitem uma avaliação genérica dos projectos e dos destinos turísticos do Sudoeste, tendo em conta determinados instrumentos de planeamento

* Este texto retoma um dos capítulos de um livro a publicar – cf. Vítor Matias Ferreira, Joana Chorincas, Aida Valadas de Lima, Eduardo Limbert, Edgar Rocha e Paulo Lopes Ferreira, *Turismo Sustentável no Sudoeste? Condições para a Sustentabilidade Turística do Sudoeste do Continente Português*. O estudo de base dessa publicação resultou de uma investigação desenvolvida no Centro de Estudos Territoriais do ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa – IUL, a partir de uma encomenda do Turismo de Portugal.

^{*} Professor Emérito de Sociologia – ISCTE (aposentado). Contacto: matias.ferreira@sapo.pt.

^{**} Geógrafa e mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

^{***} Socióloga, docente do Departamento de Sociologia do ISCTE, investigadora do CET-ISCTE/IUL e investigadora associada sénior do ICS-UL. Áreas de investigação: Sociologia do Ambiente e Sociologia Rural.

^{****} Doutorada em Biotecnologia Ambiental pela Universidade de York; Director da EHS – Consultores em Ambiente e Segurança, Lda.

^{*****} Licenciado em Economia, pós-graduado em Economia do Desenvolvimento, consultor e colaborador do CET/ISCTE-IUL.

turístico. Este mesmo enquadramento institucional permitiu estabelecer, então, um conjunto de orientações políticas para o turismo na região em causa, à luz das quais se poderão entender melhor as propostas e os projectos turísticos previstos ou já em execução no respectivo território. Tendo em conta o exercício, de algum modo prospectivo, sobre essas propostas e esses projectos, pareceu possível avançar numa hipótese de tipificação e de reordenamento do turismo no Sudoeste. A partir daí, o artigo termina com diversas observações conclusivas sobre as condições, sem dúvida contraditórias, que questionam directamente a sustentabilidade turística daquela região.

Planeamento e Turismo no Sudoeste

Enquadramento Estratégico do Turismo Nacional

(a) *Exigências de um desenvolvimento sustentável do turismo*

Antes de entrar, propriamente, no enquadramento estratégico do turismo nacional, é importante recordar um instrumento político fundamental, que constituiu, realmente, um dos antecedentes institucionais básicos, na origem da elaboração do correspondente Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT). Esse antecedente institucional, ele próprio de formatação estratégica, é o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Com efeito, um dos objectivos estratégicos do PNPOT contempla a competitividade territorial do país. O referido objectivo estratégico propõe, então, o reforço da “competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global” (Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, art. 5.º número 2, alínea b). A partir de um tal posicionamento estratégico, o plano propõe, diversos objectivos específicos, sendo que um deles versa directamente o turismo.

Assim, um desses objectivos aponta para a implementação de “uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local” (MAOTDR 2006, 29) Para a sua concretização, avançam-se diversas medidas prioritárias, entre elas, precisamente, a de “implementar o Plano

Estratégico do Turismo, tendo em vista, nomeadamente, a definição e delimitação das regiões do país com actual especialização turística ou com significativo potencial de desenvolvimento turístico nas suas múltiplas componentes (2007-2013)” (MAOTDR 2006, 36). Para além dessa exigência, outras medidas são aconselhadas. Concretamente, a de “elaborar e implementar ou concretizar as estratégias definidas nos Planos Sectoriais e de Ordenamento Turístico do território continental e nas Regiões Autónomas, que definam as linhas orientadoras dos modelos de desenvolvimento pretendidos para as áreas com maiores potencialidades de desenvolvimento turístico (2007-2009)” (MAOTDR 2006, 36); bem como a de “diversificar a oferta estruturada de produtos turísticos numa perspectiva territorial, em particular nos domínios do Turismo no Espaço Rural (TER), cultural e de natureza, potenciando o desenvolvimento de complementaridades sub-regionais e locais, nomeadamente nas Regiões Autónomas (2007-2013)” (MAOTDR 2006, 36).

Significativamente, nas notas explicativas que acompanham estes objectivos específicos, são definidos modos de actuação com particular importância para o desenvolvimento sustentável do turismo, nomeadamente: a promoção de “modelos de desenvolvimento de turismo para cada um dos destinos turísticos”, bem como a definição de “mecanismos de articulação entre o desenvolvimento das regiões com elevado potencial turístico e as políticas do ambiente e do ordenamento do território” (MAOTDR 2006, 36). Constata-se, assim, que, no quadro de uma necessária competitividade territorial do país, o PNPOT indica a exigência de criação de um plano estratégico do turismo, sendo que explicitamente se invocam também condições exigentes de um desenvolvimento sustentável e, desse modo, da própria sustentabilidade turística, independentemente da natureza dos respectivos projectos, produtos e destinos turísticos. Como se verá, de seguida, esta exigência de sustentabilidade turística nem sempre é claramente assumida no respectivo instrumento de planeamento entretanto criado.

(b) *Objectivos do Plano Estratégico Nacional do Turismo – PENT*

Apresentado em 2007, o PENT é o documento estratégico que define as orientações do Governo

para o sector turístico durante a próxima década, tendo como principais objectivos estratégicos o aumento da contribuição do turismo para o PIB nacional e para o emprego qualificado e a dinamização do turismo interno. A visão estratégica daquele plano é a de colocar Portugal como um dos destinos de maior crescimento na Europa, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o sector turístico num dos motores de crescimento da economia nacional. Este sector deve portanto crescer acima da média europeia; a ambição é aumentar anualmente o número de turistas em 5% (ultrapassando os 20 milhões de turistas estrangeiros em 2015) e as receitas em cerca de 9% (superando os 15 mil milhões de euros). Desta forma, o turismo deverá contribuir positivamente para o desenvolvimento económico do país, representando, em 2015, mais de 15% do PIB e 15% do emprego nacional.

No quadro dos objectivos/desafios estratégicos do PENT, destacam-se os seguintes:

- Determinação de um conjunto de produtos turísticos competitivos a desenvolver em Portugal nos próximos 10 anos e concepção dos respectivos modelos de desenvolvimento, aferidos com base em critérios múltiplos que vão desde a procura, à concorrência, competitividade e capacidade de especialização das regiões e do país no seu conjunto;
- Requalificação dos produtos turísticos mais significativos para o sector turístico nacional, de modo a assegurar a competitividade com destinos emergentes, combater a sua sazonalidade e aproveitar sinergias potenciais com outros segmentos;
- Identificação de *clusters* – áreas geográficas que, atendendo às características geográficas, biofísicas e estruturais, têm mais condições para desenvolvimento dos produtos;
- Identificação e priorização dos instrumentos de apoio necessários para enquadrar o desenvolvimento dos produtos;

De acordo com o PENT, Portugal dispõe das “matérias-primas” (condições climáticas, recursos naturais e culturais) potenciadoras do desenvolvimento e consolidação de dez produtos turísticos estratégicos: sol e mar; circuitos turísticos (*touring*) cultural e paisagístico; estadias de curta duração em

cidade (*city break*); turismo de negócios; turismo de natureza; turismo náutico (inclui os cruzeiros); saúde e bem-estar; golfe; conjuntos turísticos (*resorts*) integrados e turismo residencial; e gastronomia e vinhos. Para além do pólo região Açores, o PENT considera estratégico desenvolver seis novos pólos turísticos (Douro, Serra da Estrela, Oeste, Alqueva, Litoral Alentejano e Porto Santo) que, pelos conteúdos específicos e distintivos, justificam a sua criação numa óptica de desenvolvimento do turismo nacional e internacional. Estes pólos de desenvolvimento permitem diversificar a oferta turística, bem como dinamizar o turismo nacional e fortalecer o tecido económico regional.

Para responder aos vários objectivos/desafios estratégicos enunciados, o PENT define cinco eixos estratégicos de intervenção: Território, Destinos e Produtos; Marcas e Mercados; Qualificação de Recursos; Distribuição e Comercialização; Inovação e Conhecimento. Estes cinco eixos estratégicos são implementados com base em onze projectos ou linhas de desenvolvimento estratégico para o turismo nacional, que assentam, nomeadamente, nos mercados emissores, produtos, regiões, acessibilidades aéreas, novos pólos turísticos, eventos, enriquecimento da oferta, qualidade urbana, ambiental, paisagística e de recursos humanos, e modernização da actuação dos agentes públicos e privados. Com o PENT e os projectos apresentados pretende-se potenciar as valências do país em matéria de turismo, desenvolvendo novos pólos de atracção, afirmar a marca “Portugal Turismo”, qualificar serviços e destinos, assegurar o ajustamento das empresas nacionais aos novos modelos de negócio e inovar tanto no campo da oferta como no da publicitação. O financiamento do PENT e dos projectos que o corporizam é feito, sobretudo, através do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e do Programa de Intervenção Turística (PIT), devendo o Governo apresentar anualmente a contabilidade de todas as acções realizadas no âmbito do PENT.

Orientações Políticas para o Turismo no Sudoeste

(a) Quadro de Referência

Como se fez referência, a implementação territorial do PENT centra-se nas várias regiões turísticas (Porto e Norte, Centro, Lisboa, Alentejo,

Algarve, Açores e Madeira) e nos novos pólos de atracção turística, criados em zonas com características específicas e diferenciadas (Açores - pólo-região, Douro, Serra da Estrela, Oeste, Alqueva, Litoral Alentejano e Porto Santo). Assim, a região do Alentejo Litoral é especificamente referida naquele plano como um dos novos pólos turísticos, devido ao conjunto de conteúdos distintivos que apresenta (clima, orla costeira preservada e reservas/parques naturais). A área abrangida pelo pólo turístico Litoral Alentejano refere-se à NUT III Alentejo Litoral, embora inclua como “envolvente do pólo” os concelhos de Aljezur e Vila do Bispo que integram a denominada Costa Vicentina. Deste modo, toda esta área engloba o que se considera constituir o Sudoeste do continente português, território de referência do estudo realizado.

Em todo o caso, aquela delimitação do pólo, com a respectiva “transferência” da Costa Vicentina para o Alentejo, suscitou algumas críticas por parte dos responsáveis autárquicos daqueles dois concelhos. Do mesmo modo, na análise do território algarvio não é feita no PENT qualquer referência à Costa Vicentina. Para além disso, outro aspecto que poderá conduzir a dúvidas de interpretação acerca da delimitação geográfica do pólo Litoral Alentejano é o facto de o PENT considerar que este pólo se estende “desde a Península de Tróia até Vila Nova de Milfontes”, território que não corresponde efectivamente às fronteiras da NUT III Alentejo Litoral. Ultrapassadas estas questões de limites e designações territoriais, os produtos *core* deste pólo turístico são, concretamente: Sol & Mar; *Touring*; Golfe; e *Resorts* Integrados e Turismo Residencial. Os objectivos principais apontam para o aumento de turistas (em número e valor) – dando prioridade aos mercados interno e espanhol – conseguindo, simultaneamente, preservar os recursos naturais. As intervenções a realizar no pólo devem centrar-se na melhoria das condições rodoviárias (ao nível da segurança e sinalização) e da ligação por *ferry boat* a Tróia, além do aumento da oferta hoteleira de qualidade (já previsto para o curto prazo, nomeadamente, com a construção de um hotel de cinco estrelas).

(b) Objectivos Políticos para o Turismo no Sudoeste

O PENT aponta a necessidade de requalificar o produto Sol & Mar e apostar em actividades complementares que reforcem a proposta de valor para o turista. Para a requalificação deste produto defende-se uma actuação em termos de ordenamento do território e protecção da orla costeira¹, de modo a preservar as praias de excelente qualidade que existem na região. É ainda necessário potenciar o Litoral Alentejano como destino internacional. Este pólo figura entre as áreas consideradas prioritárias para a implementação de *Resorts* Integrados. Nos próximos anos serão construídos vários *resorts* integrados e oferecidos serviços, ditos de elevada qualidade, associados ao turismo residencial (ver ponto seguinte, sobre projectos e destinos turísticos). O PENT refere que o objectivo principal deste produto deverá ser crescer em qualidade e não em quantidade, devendo os projectos assentar em modelos de *resorts* sustentáveis e integrados no território. É também fundamental privilegiar a integração com outras ofertas turísticas como o golfe e os SPAs.

Os *Resorts* Integrados, que ultrapassam geralmente as 2 mil camas, oferecem um conjunto variado de actividades e experiências, sob uma gestão mais ou menos integrada, e são em si mesmo um destino de férias. O Turismo Residencial é uma componente dos *Resorts* Integrados e está associado à crescente aquisição de segundas residências na região em estudo. Refere-se ao acesso à propriedade em alojamentos situados em áreas turísticas e, tendencialmente, localizados em *resorts*. Uma parte considerável dos projectos previstos (nomeadamente os associados a grandes grupos económicos e alguns projectos considerados de Potencial Interesse Nacional, PIN²) pretende a construção de *resorts* integrados. Refira-se que a Costa Azul e a Costa Alentejana registam um número inferior de projectos planeados, mas com maior dimensão que os planeados para o Algarve e Oeste. Prevê-se um investimento de 4 mil milhões de euros no de-

¹ Por despacho ministerial, em Agosto de 2005, foi criado um grupo de trabalho cuja missão consistiu em desenvolver as bases de uma estratégia que sustente uma política de ordenamento, planeamento e gestão da zona costeira portuguesa, continental e insular, nas suas vertentes terrestre e marinha. Dos trabalhos coordenados pelo Professor Veloso Gomes, resultou o documento “Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional”, apresentado publicamente no início de 2006. As orientações estratégicas contidas nesse documento têm servido de base para a definição de prioridades a serem consideradas no âmbito do QREN, tendo dado origem ao documento programático que norteará as intervenções do Ministério do Ambiente durante o próximo ciclo de financiamento comunitário em causa – “Litoral 2007-2013”.

² O diploma legal que enquadra os projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN) foi aprovado por uma Resolução do Conselho de Ministros – RCM n.º 95/2005, de 24 de Maio.

envolvimento de *resorts* integrados, num total de 17 mil novas unidades residenciais. Estes *resorts* integrados permitirão também o desenvolvimento dos produtos turísticos *Touring* e *Golfe*.

No que se refere ao *Touring*, o Alentejo está entre as áreas geográficas prioritárias de intervenção no país, concentrando uma grande riqueza e variedade de atractivos naturais e culturais. Nos próximos anos espera-se a implementação de várias rotas turísticas na região. Embora Évora seja o principal destino do Alentejo no domínio deste produto turístico, o PENT identifica para o pólo Litoral Alentejano o produto *Touring Cultural e Paisagístico*. As oportunidades de desenvolvimento deste produto turístico prendem-se, quer com a realização de viagens cuja motivação base é o *touring*, quer com a possibilidade de complementar a estadia de turistas que viajaram com outras motivações que não o *touring*, com a realização de *tours* ou circuitos ocasionais. Contudo, é essencial criar as melhores condições para a descoberta, o conhecimento e a fruição das diversas atracções.

Um tanto paradoxalmente, deve-se salientar que o PENT não atribuiu ao Litoral Alentejano potencialidades no domínio do produto turístico *Turismo de Natureza*. É certo que a região Alentejo é classificada como terceira prioridade ao nível nacional, no que se refere a este produto, que ainda se encontra numa fase de planeamento. No Algarve, por outro lado, o Turismo de Natureza é considerado complementar da restante oferta regional. Todavia, a importância de áreas protegidas e parques naturais no Litoral Alentejano e na Costa Vicentina³ permite testemunhar a elevada pertinência do Turismo de Natureza no referido pólo turístico, o qual poderia surgir associado ao *Touring Cultural e Paisagístico*. Existem na região em estudo actividades e procura significativas de um efectivo turismo de natureza, ligadas não só à “natureza soft”, isto é, à prática de actividades ao ar livre de baixa intensidade (passeios, excursões, percursos pedestres, observação da fauna e flora, etc.), como também à “natureza hard”, nomeadamente, à prática de desportos na natureza.

Existem também rotas de turismo de natureza, cultural e paisagístico, promovidas pela Associação de Desenvolvimento Local Alentejo Litoral no âmbito do Programa LEADER + Alentejo Litoral, designadas de “Rotas do Litoral Alentejano”. Considera-se que o produto *Turismo de Natureza*, em associação com o *Touring Cultural e Paisagístico*, apresenta, realmente, fortes potencialidades de desenvolvimento e poderá mesmo articular-se com outras ofertas como o Turismo em Espaço Rural (TER) e todas as modalidades inerentes (turismo de habitação, turismo rural, agro-turismo, turismo de aldeia, casas de campo, hotéis rurais). Mas, contraditoriamente, o Turismo de Natureza não é devidamente desenvolvido no PENT para o pólo turístico Litoral Alentejano (ou seja, não é enunciado como produto turístico estratégico!), além de que não são consideradas as associações possíveis deste produto com o TER. E, no entanto, o Turismo em Espaço Rural surge como uma orientação para o desenvolvimento da região do Alentejo no âmbito do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (em fase de aprovação), que não é corporizada ao nível do planeamento sectorial do turismo através do PENT.

Uma tal incongruência é ainda mais marcante quando considerada a importância das áreas protegidas no Sudoeste, que constituem um vasto espaço de desenvolvimento não só do Turismo de Natureza como também do próprio Turismo em Espaço Rural. Estes dois produtos turísticos, se devidamente associados, poderão constituir uma forma de valorização dos espaços protegidos do Alentejo Litoral e de qualificação de ofertas de alojamento consentâneas com aquele turismo em espaço rural e também com *eco-resorts*, à semelhança do que ocorre, por exemplo, na Amazónia, no Quénia ou na Europa. Seria assim possível aproveitar numerosos imóveis (armazéns agrícolas, instalações industriais, entre outras) presentes nas áreas protegidas e que estão abandonados.

Por outro lado, em 2006 foi elaborado o *Programa Nacional de Visitação de Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas*, com o objectivo

³ A título de exemplo, registe-se a proporção do território dos concelhos classificada como sítio Rede Natura 2000: Alcácer do Sal - 44%, Grândola - 10%, Santiago do Cacém - 5%, Sines - 31%, Odemira - 44%, Aljezur - 73%, e Vila do Bispo - 92%.

principal de promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social. A aposta no Turismo de Natureza permitiria a conciliação e a concretização com aquele Programa e tornaria possível ultrapassar algumas deficiências que bloqueiam um turismo de natureza de qualidade, como sejam as insuficiências de técnicos/guias qualificados para a visitação a áreas protegidas e especializados na biodiversidade existente (como biólogos, técnicos profissionais na área da cultura e turismo com interesses na área ambiental, pessoas com grande experiência de pedestrianismo e observação da fauna e flora, entre outros). Ainda neste campo, as várias ONG poderiam ser os parceiros ideais do ICNB a esse nível, adquirindo assim um papel central no processo de desenvolvimento turístico sustentável.

No que respeita ao *Golfe*, entre as localizações prioritárias de desenvolvimento deste produto turístico no PENT, o Algarve é a primeira prioridade, sendo o Alentejo apontado como segunda prioridade. Para os próximos anos, o PENT preconiza a aposta em campos de elevada qualidade, desenhados por arquitectos de renome, uma oferta diversificada (para iniciados e profissionais) e a realização de torneios anuais com projecção internacional. Este produto apresenta já uma forte expansão em Portugal, essencialmente no Algarve, quer em termos de quantidade, quer de notoriedade internacional. A baixa sazonalidade de que o golfe goza é, aliás, muito importante para regiões que se caracterizam por uma procura turística marcadamente sazonal. O Alentejo tem ainda uma oferta mínima no que respeita ao golfe, mas apresenta um potencial considerável, atendendo à sua localização estratégica entre Lisboa e o Algarve e aos projectos turísticos que estão previstos para o curto/médio prazo na zona litoral. A fase de desenvolvimento em que o produto golfe se encontra no Alentejo é ainda de planeamento, enquanto que no Algarve ele se posiciona já entre as fases de diversificação e aprofundamento da oferta, fase de reforço da competitividade e de marketing. Os concelhos de Aljezur e Vila do Bispo, apesar de localizados na região do Algarve, encontram-se mais próximos da fase de desenvolvimento do Alentejo, não obstante Vila do Bispo possuir um campo de golfe desenhado por arquitecto e estarem previstos outros campos.

Como veremos melhor adiante, esta construção de campos de golfe põe, entre outros aspectos críticos, um problema decisivo, que tem a ver com a questão da água necessária à respectiva implementação (no estudo de base, inicialmente referido, aprofundamos alguns dos impactos decorrentes desta questão).

Portugal possui uma extensa linha costeira que constitui um potencial para o desenvolvimento do *Turismo Náutico*. No entanto, o país carece de infra-estruturas adequadas para a prática deste turismo. O PENT identifica Sines, Vila Nova de Milfontes e Sagres como os únicos locais da região que permitem a realização de actividades náuticas. O porto de Sines apresenta o maior potencial para a criação de condições básicas de estímulo deste sector. Todavia, o *Turismo Náutico* não figura entre os produtos turísticos identificados como estratégicos para o pólo litoral Alentejano, apesar de o PENT referir a potencialidade de promoção deste produto no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Existem no país outros destinos turísticos com maiores potencialidades para este produto e a própria região do Alentejo dispõe de outras localizações mais propícias ao desenvolvimento do produto náutico (por exemplo, no Alqueva). Por outro lado, ao longo da costa do Alentejo Litoral não existem infra-estruturas que permitam o turismo náutico de médio/longo curso (não existem ainda portos/marinas devidamente infra-estruturados entre Setúbal/Tróia e Lagos, apesar dos esforços de construção da marina de Sines).

Projectos e Destinos Turísticos do Sudoeste

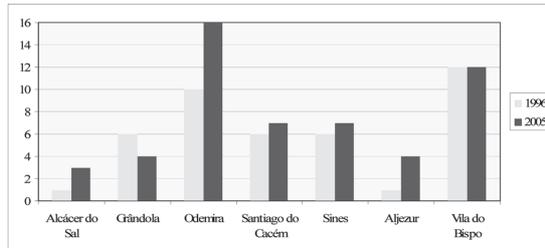
Balanço e Avaliação do Sector Turístico

(a) Caracterização da Oferta

A oferta de alojamento da Costa Sudoeste não é muito significativa à escala nacional, representando apenas cerca de 3% do total de estabelecimentos hoteleiros classificados pela ex-Direcção Geral de Turismo e 1% da capacidade de alojamento, em 2005. Entre 1996 e 2005, a região aumentou o número total de estabelecimentos hoteleiros de 42 para 53. Odemira apresenta o maior número

de estabelecimentos hoteleiros em 2005 (16), tendo suplantado o concelho de Vila do Bispo que, em 1996, figurava na primeira posição (12).

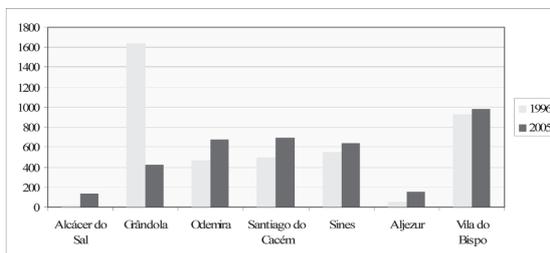
Número de Estabelecimentos Hoteleiros - 1996 e 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos do Algarve e Alentejo de 1997 / INE, Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 Regiões)

No que se refere à capacidade de alojamento, verificou-se uma perda de 431 camas entre 1996 e 2005. Esta situação decorreu da acentuada diminuição do número de camas verificada no concelho de Grândola (cerca de 75%) por via da demolição de infra-estruturas em Tróia, diminuição essa que não foi possível superar através dos aumentos registados nos restantes concelhos. Vila do Bispo apresentava, em 2005, o maior número de camas da região (cerca de 1 000), logo seguido de Santiago do Cacém e de Odemira. Alcácer do Sal e Aljezur ocupam os últimos lugares do ranking, quer em termos de número de estabelecimentos, quer da capacidade de alojamento.

Capacidade de Alojamento (camas) dos Estabelecimentos Hoteleiros - 1996 e 2005

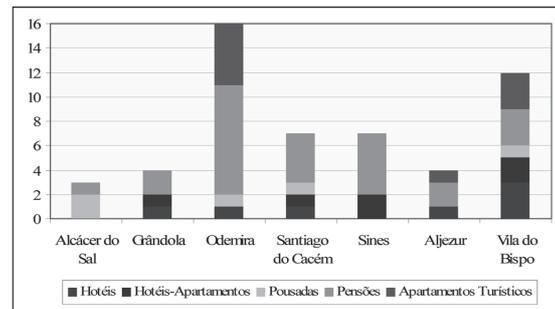


Fonte: INE, Anuários Estatísticos do Algarve e Alentejo de 1997 / INE, Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 Regiões)

A dimensão média dos estabelecimentos hoteleiros da região diminuiu entre 1996 e 2005 (de 99 para 70 quartos). Em 1996, a dimensão média dos estabelecimentos de Grândola era de 273 quartos e, em 2005, diminuiu para 107.

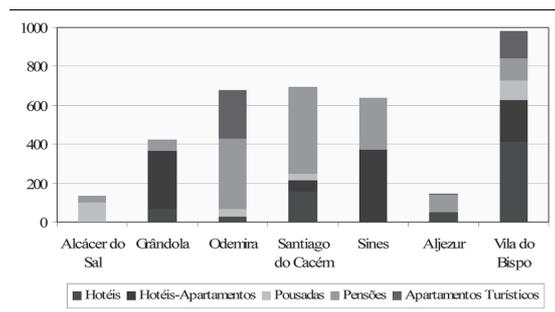
As pensões representavam 37% da capacidade de alojamento da região, os hotéis-apartamentos 26%, os hotéis 19%, os apartamentos turísticos 11% e as pousadas 7%.

Número de Estabelecimentos Hoteleiros por tipo de estabelecimento - 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 Regiões)

Capacidade de Alojamento (camas) por tipo de Estabelecimento Hoteleiro - 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 Regiões)

Além dos estabelecimentos classificados pela ex-DGT, existem ainda vários alojamentos individuais (quartos) ou colectivos (apartamentos), explorados sobretudo em zonas balneares. Estes alojamentos constituem um mercado paralelo a ter em conta, apesar da não existência de dados para avaliar a sua importância na região. De referir também os 7 parques de campismo da região, que oferecem um total de alojamento para 13 165 campistas, de acordo com dados da Federação Portuguesa de Campismo e Montanhismo de Portugal.

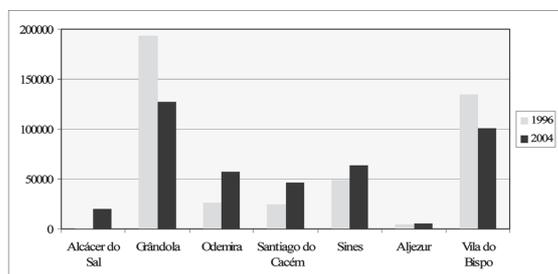
Na Costa Sudoeste existem ainda outros tipos de oferta de alojamento, tais como as unidades de “turismo em espaço rural” (TER) e as “casas de natureza”. Estas modalidades têm vindo a aumentar de importância nos últimos anos nesta região. O Turismo Rural é o tipo de alojamento do-

minante e Odemira é o concelho com maior número de unidades e capacidade de alojamento, seguido de Grândola. Além dos serviços de hospedagem, o produto turístico “turismo de natureza” é ainda composto por actividades de animação turística e ambiental, realizadas e prestadas em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas.

(b) Caracterização da Procura

Apesar da localização privilegiada em termos do forte mercado constituído pela região metropolitana de Lisboa e do potencial turístico diversificado, no que se refere a segmentos turísticos passíveis de serem desenvolvidos, a Costa Sudoeste apresenta uma capacidade de atracção de turistas ainda diminuta, com apenas cerca de 1% das dormidas em estabelecimentos hoteleiros registados no país em 2004.

Número de Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros - 1996 e 2004

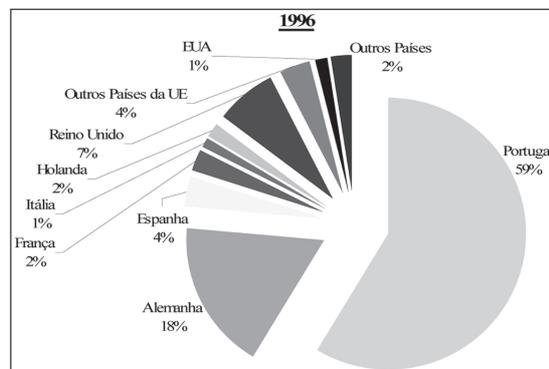


Fonte: INE, Anuários Estatísticos do Algarve e Alentejo de 1997 e 2004

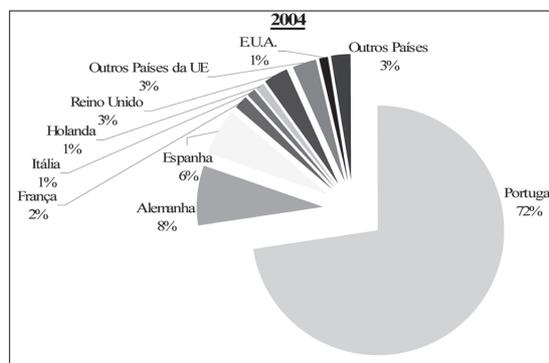
O número de dormidas decresceu mesmo entre 1996 e 2004, sobretudo devido à quebra registada no concelho de Grândola. Esta situação deverá alterar-se no curto-médio prazo, graças aos novos projectos turísticos, já aprovados ou em fase de apreciação, não apenas para o concelho de Grândola, mas para toda a Costa Sudoeste.

A maioria dos turistas que procuram a Costa Sudoeste são portugueses, tendo a sua importância aumentado nos últimos anos (em 1996, representavam 59% das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros da região e, em 2005, a percentagem subiu para 72%).

Estadias nos Estabelecimentos Hoteleiros por Nacionalidade, na Região (%) - 1996 e 2004



Fonte: INE, Anuários Estatísticos do Algarve e Alentejo - 1997



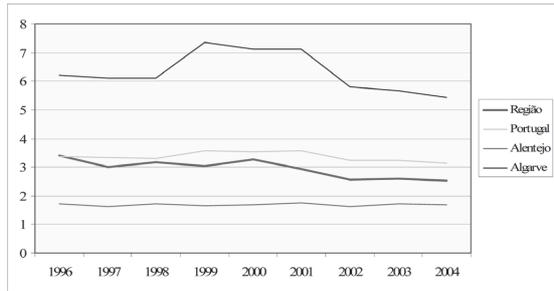
Fonte: INE, Anuários Estatísticos do Algarve e Alentejo de 2004

No que se refere aos turistas estrangeiros, as dormidas diminuíram entre 1996 e 2004, sobretudo devido à quebra registada em Vila do Bispo, concelho que se destaca com cerca de 70% do total de estadias de estrangeiros registadas na região em 1996, diminuindo acentuadamente para 56%, em 2004. Entre os turistas oriundos do exterior, os países da União Europeia contribuem com o valor mais elevado de dormidas (91% em 1996 e 87% em 2004). Destaca-se a nacionalidade alemã, que tem vindo a ocupar a primeira posição, embora com uma quebra acentuada entre 1996 e 2004 (perda de cerca de 45 000 estadias), concentrada essencialmente no concelho de Vila do Bispo. O turista espanhol apresenta uma importância crescente (6% em 2004), tendo suplantado o visitante inglês que, em 1996, figurava então na segunda posição, entre as nacionalidades estrangeiras.

A estadia média nos estabelecimentos hoteleiros aproximou-se do valor registado no país até

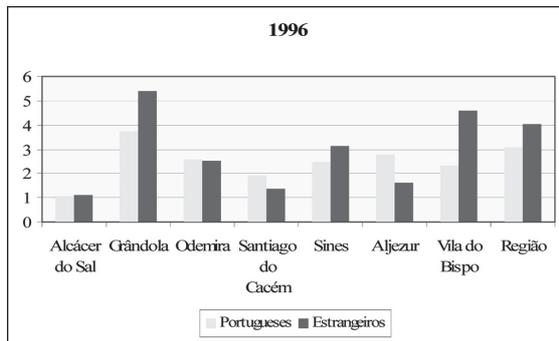
2000. A partir desse ano, regista-se uma diminuição do número de dias e maior afastamento em relação ao valor médio nacional. Em 1996, os turistas permaneciam em média 3,4 dias nos estabelecimentos da região e, em 2004, o valor desce para 2,5 dias.

Estadia Média (dias) nos Estabelecimentos Hoteleiros da Região e do País - 1996 a 2004

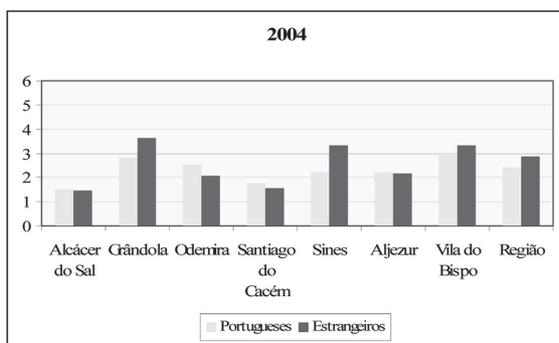


Fonte: INE, Anuários Estatísticos do Algarve e Alentejo de 1997 a 2004

Estadia Média (dias) nos Estabelecimentos Hoteleiros de Portugueses e Estrangeiros - 1996 e 2004



Fonte: INE, Anuários Estatísticos do Algarve e Alentejo de 1997

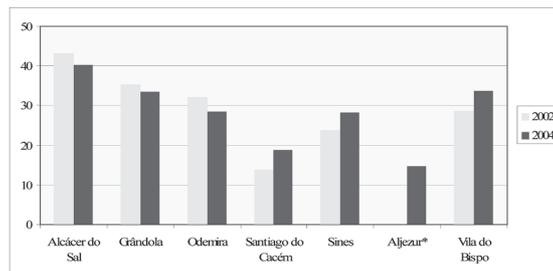


Fonte: INE, Anuários Estatísticos do Algarve e Alentejo de 2004

A capacidade de atracção de turistas na região é ainda diminuta, comparativamente com outras regiões do país, e a quebra de dormidas registada

entre 1996 e 2004, sobretudo no concelho de Grândola, afecta necessariamente a taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros. Entre 2002 e 2004, Santiago do Cacém, Sines e Vila do Bispo foram os únicos concelhos a registar um incremento da taxa bruta de ocupação-cama dos estabelecimentos hoteleiros, indicador que traduz a capacidade de alojamento média utilizada. Alcácer do Sal apresenta a taxa mais elevada, o que é justificado pelo escasso número de camas do concelho. Santiago do Cacém e Aljezur surgem nas últimas posições, com uma utilização do total de camas inferior a 20%. Os valores deste indicador são, aparentemente, bastante inferiores aos usualmente utilizados para assegurar a recuperação de investimentos, bem como para garantir a viabilidade económico-financeira da generalidade das unidades de alojamento.

Taxa Bruta de Ocupação (cama) dos Estabelecimentos Hoteleiros - 2002 e 2004

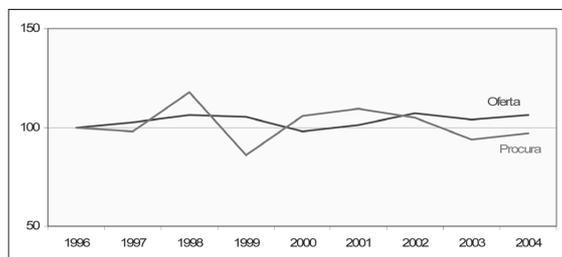


* Ausência de dados para 2002

Fonte: INE, Anuários Estatísticos do Algarve e Alentejo de 2003 e 2004

Em síntese, a oferta e a procura de estadias na região registaram, ao longo dos últimos anos, uma evolução bastante semelhante, embora com alguma instabilidade, em particular no caso da procura (visualiza-se na figura um pico de subida em 1998 e de descida acentuada logo em 1999). Desde 2003 que se verifica uma ligeira aceleração do crescimento da oferta e da procura, mantendo-se a oferta a um nível superior. Se esta tendência de pressão da oferta sobre a procura se agravar nos próximos anos, uma consequência será a diminuição da já reduzida taxa de ocupação e/ou a diminuição do preço médio de alojamento, devido à eventual concorrência entre os diversos estabelecimentos.

Evolução da Procura e Oferta de Alojamento na Região (número de camas e de dormidas; 1996-2004; 1996 = 100)



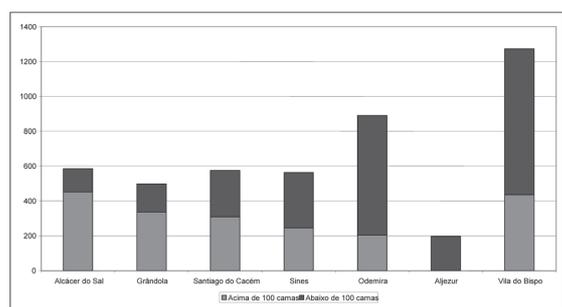
Fonte: INE, Anuários Estatísticos do Algarve e Alentejo de 1997 a 2004

Propostas e Projectos Turísticos

(a) Contexto de Referência

O sistema turístico na área de estudo vai sofrer nos próximos anos uma transformação importante. Em Julho de 2007, o número de camas turísticas existentes e licenciadas⁴ na área de estudo anda perto de 4500. Na distribuição por concelhos nota-se que os concelhos com maior número de camas turísticas se situam na parte sul da área de estudo, nomeadamente, em Vila do Bispo e em Odemira, com perto de 1200 camas e de 900 camas, respectivamente (ver gráfico).

Camas licenciadas (Julho de 2007)



Fonte: ex-DGT

Nos concelhos mais a norte, nomeadamente, Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém, nota-se que os empreendimentos turísticos com mais de 100 camas representam uma parte importante (superior a metade) da oferta de alojamento turístico. O caso mais extremo é o de Alcácer do Sal, onde um só empreendimento (de 452 camas) constitui a maior parte das camas turísticas disponíveis (584 camas). O contrário se passa nos concelhos mais a sul, nomeadamente, Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo, onde são os empreendimentos dispersos e de pequena dimensão que predominam. No caso de Aljezur não há estabelecimentos com mais de 100 camas. No caso de Odemira, há um complexo de apartamentos turísticos com 204 camas, coexistindo com algumas unidades de hotelaria (pensões) com poucas dezenas de camas e múltiplos apartamentos e moradias turísticas com menos de 10 camas. No caso de Vila do Bispo, há dois empreendimentos com mais de 200 camas e três no escalão das 80-100 camas, os quais, tal como em Odemira, coexistem com múltiplos apartamentos e moradias quase sempre com menos de uma dezena de camas.

Note-se que estes dados não contemplam os estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural – TER. Se entrássemos em conta com estes seria natural que o carácter disperso da oferta de alojamento turístico nos concelhos de Odemira, Aljezur e Vila do Bispo saísse ainda mais reforçado. No entanto, não existindo dados precisos sobre os estabelecimentos TER (até porque muitos deles se encontravam, ainda, numa situação institucionalmente não regularizada face ao Turismo de Portugal), é de admitir, realmente, o carácter bastante disperso deste tipo de empreendimentos, situados, na generalidade dos casos, na zona sul do Sudoeste⁵.

Vemos assim que a situação então existente – excluindo, portanto, os projectos previstos, licenciados ou já em construção, abordados de seguida – era um tanto paradoxal: a maior parte da oferta em número de camas, ainda que com um carácter bastante disperso, situava-se, sobretudo, na zona ecologicamente mais sensível, isto é, na zona sul do Sudoeste.

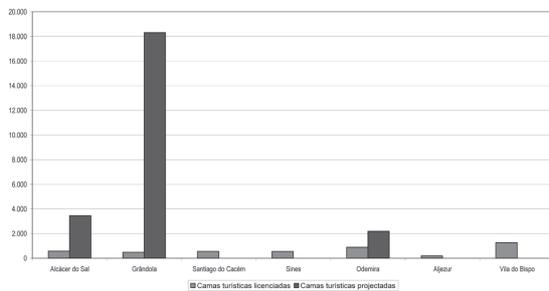
⁴ Recordar que o tratamento da informação empírica está datado (Dezembro 2007). Neste caso, trata-se de licenciamento como actividade turística. *Grosso modo*, corresponde às unidades existentes. Note-se que inclui estabelecimentos hoteleiros e meios complementares de alojamento turístico.

⁵ Através de informação recolhida junto da Associação Casas Brancas (Associação de Turismo de Qualidade do Litoral Alentejano e Costa Vicentina), cerca de uma vintena de empreendimentos de Turismo em Espaço Rural (de diferentes categorias, desde Turismo Rural até Turismo de Habitação, passando por Casas de Campo, entre outras), eram membros daquela Associação. Segundo a mesma fonte, o número total de camas dos respectivos associados andaria próximo das trezentas. A referida situação de “ilegalidade” face ao Turismo de Portugal (que não, necessariamente, face às respectivas Câmaras Municipais, no que se reporta ao devido licenciamento), constituía, então, uma preocupação dos dirigentes daquela Associação, até porque uma tal situação era também impeditiva de eventuais apoios por parte daquela instituição estatal.

(b) Projectos Turísticos Previstos

Caracterizada a situação do ponto de vista do número de camas existentes, é necessário contemplar, agora, os projectos mais destacados que, na altura da realização do estudo de base, se previam para o território de referência, incluindo os que estavam já em curso de construção ou os que estariam em fase adiantada de projecto. O gráfico seguinte compara o número de camas turísticas então existentes com as que se encontravam projectadas.

Camas turísticas licenciadas e projectadas (Julho de 2007)



Fonte: ex-DGT e TP

Constata-se que, em dois concelhos, Alcácer do Sal e Grândola, o número de camas projectadas é muito superior ao das então existentes. Além disso, este incremento muito apreciável da oferta deve-se a um número bastante reduzido de projectos. O caso que mais se destaca é o de Grândola, onde só o projecto Tróia Resort tem previsto a oferta de cerca de quase 9500 camas turísticas. Todo o aumento de oferta representado no gráfico para os concelhos de Alcácer do Sal e de Grândola deve-se a apenas quatro grandes projectos, a saber: o de Tróia Resort; a Herdade da Comporta; o Pinheirinho; e o Costa Terra. Todos estes futuros empreendimentos mereceram a classificação de Projectos de Interesse Nacional (PIN)⁶.

Deve notar-se que a inclusão no gráfico do total de camas projectadas pode sobrestimar o número de camas que será efectivamente oferecido num prazo de três a cinco anos. Com efeito, as empresas proprietárias dos empreendimentos não irão cons-

truir toda a capacidade autorizada de uma só vez. É natural que procedam por fases, não só para evitar a concentração de investimento num número reduzido de anos, como também para ir testando o mercado e ir construindo à medida que se confirmem as expectativas de procura. Contudo, a construção faseada destes empreendimentos, independentemente do sentido económico que possa ter, levanta uma questão de incomodidade para as operações que entretanto já tenham arrancado, bem como para as populações. Uma operação turística de qualidade não se compagina com as condições normalmente associadas às actividades de construção (p.e., tráfego, ruído, poeiras, impacto visual). Assim, a sequência de trabalhos de construção deverá ser criteriosamente planeada e sujeita a uma gestão ambiental que assegure que as partes dos empreendimentos já em operação não se vejam no meio de situações de estaleiro de obra. Da mesma forma, esta gestão ambiental de obra deverá controlar o impacto sobre as populações.

Ainda sobre os projectos turísticos, não se incluem outros empreendimentos de menor dimensão (ou a expansão dos já existentes) que poderão estar previstos em áreas urbanizáveis, bem como de outros que serão provavelmente suscitados pelo aumento de animação turística que é possível prever que se venha a verificar nos dois referidos concelhos. Esta é também a razão porque não está representado nenhum aumento de capacidade nos concelhos de Santiago do Cacém, Sines, Aljezur e Vila do Bispo. Certamente que há projectos novos e projectos de expansão de unidades então existentes que estão em curso ou que, com muita probabilidade, surgirão nos próximos anos. No entanto, não é possível entrar com estes casos em conta porque os dados disponíveis não contemplam o número de camas.

O caso de Odemira apresenta uma situação diferente. Por um lado, o aumento de oferta refere-se a apenas dois empreendimentos que não são projectos PIN e que estavam em fase bastante menos adiantada do que os projectos PIN dos concelhos mais a norte. Trata-se dos projectos Vila Formosa (em frente a Vila Nova de Milfontes) e o projecto de

⁶ Um projecto PIN está sujeito à legislação aplicável em matéria de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), excepto no que respeita aos prazos em causa (os projectos PIN são objecto de um acompanhamento próprio, visando assegurar a celeridade dos procedimentos necessários à sua viabilização, nomeadamente em matéria de licenciamento e acesso a incentivos financeiros e fiscais). A legislação em apreço determina em que circunstâncias os projectos estarão sujeitos ao procedimento de AIA ou não (em abstracto poderá haver projectos PIN sujeitos a AIA e outros não).

Algoceira (perto de Odemira). Por outro lado, existe um projecto PIN para este concelho. Trata-se do projecto de um parque de campismo de 4 estrelas⁷, “implantado numa área superior a 80 hectares e apresentando uma capacidade para alojar 3000 utentes e para receber cerca de 1000 visitantes”. Trata-se de um importante projecto de animação turística perto da Zambujeira do Mar.

Deve notar-se que os dados para Odemira não incluem o projecto dos Aivados. Com efeito, trata-se de um projecto que está parado há quase vinte anos devido a incompatibilidade entre a capacidade requerida pelo promotor e a capacidade que a autarquia pode autorizar em face dos limites fixados no respectivo PDM. Além disso, não parecem estar em curso iniciativas tendentes a viabilizar o projecto no curto prazo. Verifica-se também que com a eventual aprovação do PROT Alentejo, com novas directrizes relativamente ao ordenamento turístico, é natural que este projecto tenha que ter em conta tais directrizes antes de haver novas iniciativas.

Relativamente ao concelho de Vila do Bispo, existia na altura do estudo um empreendimento de média dimensão, com componente turística e campo de golfe (o Parque da Floresta) situado em pleno sítio Rede Natura. No entanto, esse empreendimento perdeu a componente turística e passou a empreendimento imobiliário com campo de golfe. Posteriormente, houve uma candidatura a projecto PIN para várias áreas em Vila do Bispo, sendo uma delas para a área designada por Parque da Floresta. Note-se que em muitos dos novos projectos de média a grande dimensão, está também prevista uma componente imobiliária, cuja expressão em número de camas não está incluída nos dados ilustrados pelo gráfico anterior. No entanto, a componente imobiliária (ou de turismo residencial), embora de menor dimensão do que a componente puramente turística, contribui para o aumento da pressão sobre os recursos.

(c) O Impacto dos Projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN)

Vale a pena visualizar a localização dos diversos projectos turísticos (em especial os intitulados PIN),

através dos mapas seguintes que ilustram a localização das praias e a contextualização ambiental do sudoeste alentejano. A partir daí foi possível seriar esses projectos nos diversos concelhos da região de estudo.

Localização das praias do Alentejo Litoral



Fonte: Portal Litoral Alentejano (www.litoral-alentejano.com), extraído da Internet a 2007/12/12.

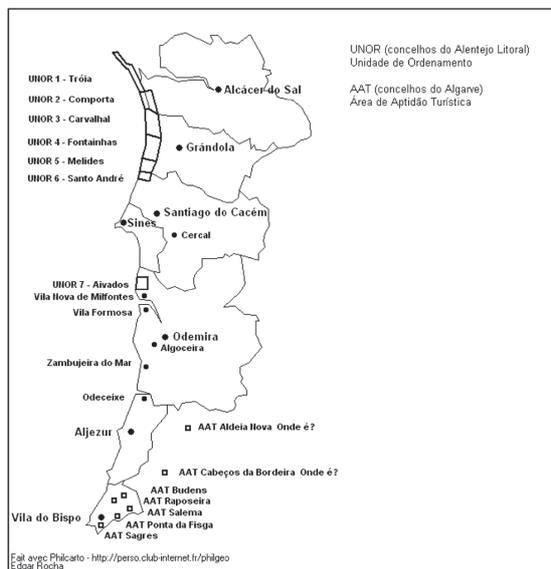
O primeiro mapa indica a localização das principais praias do litoral alentejano. Deve notar-se que há uma descontinuidade em termos do tipo de praias que existem nesta zona. Com efeito, até à Ilha do Pessegueiro, a sul de Porto Covo, trata-se de areal contínuo, apenas interrompido nas imediações de Sines. Por outras palavras, a distância que no mapa separa as praias de Tróia e do Carvalhal (concelho de Grândola) não corresponde à ausência

⁷ O projecto “Parque de Campismo Zmar, Eco-camping resort”, nos termos do Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, foi sujeito a Avaliação de Impacte Ambiental, tendo merecido, em Janeiro de 2008, uma decisão (Declaração de Impacte Ambiental) favorável, condicionada à observância da protecção de espécies de flora com estatuto de protecção, à compatibilização com o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), ao licenciamento das utilizações do domínio hídrico (rejeição das águas residuais, requalificação do açude e da captação de água do mesmo, intervenções na respectiva linha de água), bem como à implementação de medidas destinadas à defesa contra incêndios de bens pessoais e/ou materiais, incluindo florestais.

de praia, mas antes a um areal contínuo com muitos trechos de costa ainda inexplorados ou pouco explorados. É nesta área que se situam quatro dos cinco projectos PIN da área de estudo. As condições existentes neste trecho da costa prolongam-se para sul da praia do Carvalhal, até Sines. Isto mostra que existem condições para prolongamento para sul do tipo de projectos que estão mais a norte desta zona. A sul de Sines, reaparece o cenário de areal contínuo, mas aqui já há várias praias, exploradas principalmente por turismo interno, assim como aglomerações de raiz piscatória transformadas pelo desenvolvimento de actividades turísticas. Para sul da Ilha do Pessegueiro, o cenário muda para uma paisagem de arribas relativamente elevadas, interrompidas pelos areais de praias de dimensão comparativamente reduzida e, em alguns casos, de difícil acesso. Este último cenário prolonga-se para sul até ao limite da zona de estudo, isto é, até ao extremo leste do concelho de Vila do Bispo.

O mapa seguinte apresenta as Unidades de Ordenamento (UNOR) do Sudoeste:

Principais zonas delimitadas para turismo na costa sudoeste (UNOR)*



* Este mapa ajuda a visualizar a localização dos projectos executados, aprovados ou em vias de aprovação para os vários concelhos em Julho de 2007.

Os quatro referidos projectos PIN estão localizados nas UNOR 1, 2 e 3, em zonas com diversos estatutos de protecção ambiental, a saber, a Reserva Natural do Estuário do Sado, Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Protecção Especial, estes dois últimos integrando a Rede Natura 2000. Este tipo de situação estende-se para sul até à zona de Sines, visto que até aí se prolonga a área dos Sítios da Rede Natura 2000, com sobreposição da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha. Este facto, associado ao já referido de aí continuar o tipo de paisagem costeira de areal contínuo, sugere que existe a possibilidade de vir a haver pressão de novos projectos a sul dos quatro projectos PIN atrás mencionados. A sul de Sines, destaca-se o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina, que se estende a sul até ao limite da zona de estudo, no concelho de Vila do Bispo e que tem zonas de contiguidade e de sobreposição com Sítios de habitats protegidos e com Zonas de Protecção Especial de Aves.

Alcácer do Sal

Na freguesia da Comporta foi construído um hotel (80 camas), o empreendimento do Montalvo (300 camas) e o aldeamento Casas da Comporta (452 camas). Com Plano de Pormenor aprovado, está a componente de Alcácer do Sal do projecto Herdade da Comporta⁸ (Grupo Espírito Santo). Esta componente corresponde à UNOR 2 e a parte a construir constitui a ADT2/Comporta. Estão previstos dois hotéis, dois hotéis-apartamento e três aldeamentos turísticos, num total de 3467 camas turísticas. Além disso existe uma componente imobiliária de 254 unidades de alojamento residencial com 1470 camas. Das outras componentes do projecto, destacam-se dois campos de golfe de 18 buracos. Vale a pena referir que o projecto da Comporta, no seu conjunto, estende-se por uma área de grande dimensões, num total de 12 500 hectares, repartidos entre Alcácer do Sal e Grândola, onde as áreas de desenvolvimento turístico (ADT) e os aglomerados urbanos cobrem uma área de 899 hectares. O investimento previsto ascende a 1130 milhões de euros e a criação de postos de trabalho directos ascende a 6000.

⁸ Em relação à Herdade da Comporta, de acordo com a informação disponível, este projecto não foi sujeito a AIA, apesar de ter sido realizado um estudo de incidências ambientais (EIA) do Plano de Pormenor da Área de Desenvolvimento Turístico 2 (ADT 2) da Herdade da Comporta.

Grândola

A componente de Grândola do projecto da Herdade da Comporta corresponde à UNOR 3 e o espaço urbanizável é a da respectiva área de desenvolvimento turístico, a ADT3/Carvalhal. Estão previstos quatro hotéis, um hotel-apartamento e onze aldeamentos turísticos, num total de 4478 camas turísticas. A componente residencial ascende a 1496 camas. Das outras componentes, destaca-se um campo de golfe de 18 buracos.

O projecto Tróia Resort⁹ (Grupo SONAE) corresponde à UNOR 1. A esta UNOR correspondem oito unidades operativas (UNOP), das quais as que têm projectos mais avançados são as UNOP 1, 2 e 3, e, em menor grau, as UNOP 5¹⁰, 7 e 8. Actualmente, estão previstos cinco hotéis, quatro apart-hotéis e quinze aldeamentos turísticos. Existe também uma componente residencial. A capacidade total deverá atingir as 9431 camas turísticas e as 3152 camas residenciais. O investimento, no seu conjunto, ascende a 350 milhões de euros o número de postos de trabalho directos a criar ascende a 2184.

Para a UNOR 4, existem dois projectos: o projecto Herdade do Pinheirinho¹¹ (empresa Pelicano), e o projecto Costa Terra¹² (a empresa Costa Terra, cujo principal accionista e proprietário do terreno era a fundação suíça Volkart Stiftung, de Winterthur, que entretanto vendeu o projecto a investidores nacionais).

O projecto Herdade do Pinheirinho deverá ser construído no Núcleo A da ADT4. Contempla dois hotéis, quatro apart-hotéis e três aldeamentos turísticos, num total de 2197 camas turísticas. A componente imobiliária ascende a 204 moradias num total de 714 camas. Entre os outros equipamentos, está previsto um campo de golfe de 27 buracos (90 hectares). A área de construção corresponde a 200 hectares, dos 600 da propriedade. O investimento previsto é de 450 milhões de euros e o número de postos de trabalho directos ascende a 1600.

O projecto Costa Terra deverá ser construído no Núcleo B da ADT 4. Inclui três hotéis, cinco apart-hotéis e quatro aldeamentos turísticos, num total de 2198 camas turísticas. A componente imobiliária traduz-se em 204 moradias com 714 camas residenciais. Entre os equipamentos de índole turística destaca-se um campo de golfe de 18 buracos. O investimento previsto ascende a 578 milhões de euros e o número de postos de trabalho directos a criar monta a 1260. A área total corresponde a 1350 hectares, dos quais 200 se destinam à construção do empreendimento.

É esta concentração de quatro projectos de grandes dimensões ao longo da faixa costeira do concelho de Grândola que explica o apreciável aumento de capacidade que se viu no gráfico respeitante à comparação entre o número de camas licenciadas e o número de camas previstas nestes projectos. É de notar que das cerca de 18 000 camas turísticas previstas para o concelho de Grândola, cerca de metade integram o projecto Tróia Resort, o qual é, de longe, o maior projecto em número de camas. De notar, ainda, que estes quatro projectos apresentam-se todos com uma componente ambiental e de preservação da natureza. Assim, por exemplo, o Tróia Resort prevê uma grande área que constituirá um Eco Resort em torno da Caldeira da península de Tróia, para além de um morcegário. No caso da Herdade da Comporta, destaca-se um plano de aproveitamento agrícola baseado em determinados produtos (nomeadamente, vitivinícolas) e na agricultura biológica, um projecto de recuperação dos arrozais e um Plano Estratégico de Intervenção Ambiental (PEIA). No caso do projecto Costa Terra, destacam-se a quinta biológica, a vinha biológica, a reserva ornitológica e o centro de documentação da natureza.

Santiago de Cacém

Para este concelho não está previsto nenhum projecto PIN. Foi aprovada a construção de um parque de campismo e de uma estalagem, a que se

⁹ No caso do Tróia Resort, o projecto “Marina e Novo Cais dos Ferries do Tróia Resort” foi sujeito a AIA, tendo merecido, em Abril de 2003, uma decisão favorável condicionada.

¹⁰ Esta UNOP, que corresponde a uma parceria entre a SONAE e o grupo Pestana, foi autonomizada e deu origem a uma candidatura PIN separada. No entanto, no âmbito do presente texto, ela é tratada em conjunto com o resto do projecto Tróia Resort.

¹¹ No caso do Pinheirinho, o projecto “Loteamento do Pinheirinho” foi sujeito a AIA, tendo merecido, em Agosto de 2005, uma decisão favorável condicionada.

¹² No caso do Costa Terra, tanto o “Loteamento Costa Terra” como o “Campo de Golfe Costa Terra” foram sujeitos a AIA, ambos com decisão favorável condicionada, em Junho e Julho de 2005, respectivamente.

deverão juntar uma unidade hoteleira (160 camas) e um apart-hotel (60 camas). A imprensa reportou a existência de um projecto de grandes dimensões para a planície do Cercal (promovido pela empresa Pelicano). No entanto, deverá tratar-se de um projecto exclusivamente imobiliário uma vez que o Turismo de Portugal não tem informação sobre este projecto.

Sines

Para a zona de Porto Covo estão previstos três projectos, um dos quais para a barragem de Morgavel. Na cidade de Sines está prevista a construção de um hotel com 140 camas, que se irão juntar a 280 camas de um hotel já existente, e de um centro de congressos.

Odemira

O empreendimento que deveria corresponder à UNOR 7/Aivados continua parado. Parecem ter probabilidade de concretização os empreendimentos de Vila Formosa e de Algoceira, assim como do Parque de Campismo perto da Zambujeira do Mar.

O empreendimento de Vila Formosa prevê 1192 camas turísticas e 408 camas residenciais e a área de intervenção do plano estende-se por 706 hectares. Não se dispõe de outros elementos seguros sobre este projecto, mas, segundo o jornal *Público* de 23/11/2007, estará previsto um investimento de 150 milhões de euros e a criação de 1500 postos de trabalho.

Sobre o projecto de Algoceira, a mesma notícia do jornal *Público* indica um total de 1000 camas (pressupõe-se que se trata do conjunto de camas turísticas e residenciais, não se conhecendo a respectiva desagregação), um investimento de 130 milhões de euros com a criação de 500 postos de trabalho.

Quanto ao projecto do parque de campismo¹³, já anteriormente mencionado, trata-se de um projecto PIN implantado perto de Zambujeira do Mar, contemplando investimento de 30 milhões de euros e criando 200 postos de trabalho, para uma área total de 87 hectares. Entre os serviços culturais que propõe, conta-se um Centro de Interpretação Ambiental.

Aljezur

Está previsto um hotel de 5 estrelas com 100 quartos, no sítio do Canal.

Vila do Bispo

No caso de Vila do Bispo, estão previstos alguns projectos de pequena e média dimensão em zonas urbanas. Fora das zonas actualmente classificadas como urbanas, estão também previstos alguns projectos para as áreas de aptidão turística (AAT) previstas no anterior PROT Algarve. Com a publicação do novo PROT, as regras alteraram-se e caberá ao município atribuir novas zonas para desenvolvimento turístico mediante regime concursal. Em todo o caso, fora das áreas classificadas como zona urbana, o novo PROT Algarve prevê para o conjunto da Costa Vicentina (Aljezur e Vila do Bispo) um total de 4000 camas, a repartir pelos dois concelhos segundo critérios não especificados.

Segundo notícia do jornal *Público* (de 26 de Maio de 2007), terão estado em fase ainda de elaboração de projecto alguns empreendimentos para as AAT do anterior PROT, cuja dimensão aproximada corresponderia a 800 camas. Estes projectos incluiriam hotéis, moradias e golfe, no que parece configurar, em pequena escala, o tipo de projecto que se encontrou para os concelhos de Alcácer do Sal e de Grândola. Além disso, conforme já foi referido, houve uma candidatura a projecto PIN para o Parque da Floresta, que foi indeferida. No entanto, nada impede que o referido projecto continue como projecto, ainda que não com o estatuto de projecto PIN.

Tipificação e Reordenamento do Turismo no Sudoeste

(a) Contextualização

O desenvolvimento turístico que se perspectiva para a área em estudo apresenta-se em moldes distintos conforme a sub-região de que se trate. Mais a norte, na zona que se situa entre o extremo norte da península de Tróia e o limite sul da UNOR 3/Carvalhal (no concelho de Grândola), configu-

¹³ Dado tratar-se de um parque de campismo, não há dados sobre o número de camas deste projecto PIN, mas deve notar-se que deveria existir alguma informação sobre a capacidade deste equipamento (por exemplo, lotação) para se ter uma ideia da pressão sobre o meio envolvente que irá causar.

ram-se quatro projectos de grande dimensão, anteriormente referidos. Trata-se de uma faixa costeira de aproximadamente 1,5 quilómetros de largura na península de Tróia e de aproximadamente 3 quilómetros de largura a sul da referida península. É aqui que a avaliação da sustentabilidade dos projectos em curso merece uma atenção mais particular.

A sul da UNOR 3 e até Sines, estavam previstas mais três UNOR para empreendimentos turísticos, mas, até à altura em que se encerrou o estudo aqui reportado, não se verificaram avanços em relação à apresentação e concretização de projectos, razão pela qual é natural que os que se vierem a apresentar se tenham de situar no quadro dos novos Instrumentos de Gestão Territorial. Este processo demorará algum tempo, que se deverá medir em anos. De qualquer forma, é uma subzona onde já existem as implantações de Santo André e de Melides, onde uma mescla de turismo interno e de segundas residências levaram a uma ocupação de solo, mesmo em áreas protegidas (como a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha), em circunstâncias que poderão vir a justificar intervenções conducentes a melhorar as condições de preservação do ambiente.

A sul de Sines e até Porto Covo ou Ilha do Pessegueiro, mantém-se a paisagem costeira de praia contínua, mas há já ocupação com características de turismo e habitação de segunda residência. Não estavam na altura previstos, nem projectos de grande dimensão, como os das UNOR 1, 2 e 3 (o projecto dos Aivados, da UNOR 7, não parece ter condições para avançar), nem proliferação de projectos de pequena dimensão, razão pela qual a pressão sobre o território não deverá sofrer grandes alterações.

Na faixa costeira a sul da Ilha do Pessegueiro e até à praia do Burgau, já na costa sul do Algarve, a paisagem muda para arribas altas com praias intercaladas, algumas delas de difícil acesso. Trata-se de zona protegida pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e por ZPE e Sítios da Rede Natura 2000. Aqui, é de se incentivar o Turismo de Natureza (com o programa de visitação do Parque Natural) e o Turismo em Espaço Rural, compatíveis com o estatuto de preservação da na-

tureza aqui predominante. Note-se que há zonas de turismo/segunda residência já implantadas, com destaque para o Vale da Telha, no concelho de Aljezur, onde se justificam intervenções de reordenamento com particular cuidado na emissão de novas licenças de construção, para fins turísticos ou outros. Mas, aqui, os empreendimentos turísticos e residenciais estão sujeitos aos condicionalismos decorrentes do instituído no Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Alentejano e Costa Vicentina.

(b) Assimetrias e Concentrações – a Capacidade de Carga Turística

Constatou-se atrás que é na zona mais a norte, para onde estão previstos os já referidos quatro projectos PIN, que podem vir a surgir os problemas mais delicados e de potencial desequilíbrio económico, social e ambiental e onde é necessário estabelecer a capacidade de carga do território e dos atractivos turísticos.

É de referir que o turismo sustentável tem como característica norteadora a condição de os seus atractivos turísticos serem ambientalmente adequados, economicamente viáveis e socialmente justos. Portanto, torna-se fundamental para a prática de um turismo sustentável o estudo da capacidade de carga dos atractivos turísticos, ou seja, uma medição sobre os limites máximos de impacto que sejam suportáveis pelos diversos recursos.

No entanto, o cálculo da capacidade de carga tem vários problemas e deve ser encarado com as devidas reservas. Por exemplo, no contexto do projecto CoPraNet do programa Interreg IIIC, Rita Dias¹⁴ faz uma estimativa por alto da capacidade de carga da península de Tróia, recorrendo à comparação com o concelho de Albufeira, no Algarve.

A autora começa por tomar em consideração as áreas da península de Tróia (26 km²) e do concelho de Albufeira (141 km²). Em seguida, toma os valores relativos ao número de camas turísticas previstas para Tróia (7250, nos dados da autora, o que é inferior à previsão referida no presente estudo) e as que existem registadas no concelho de Albufeira (39 379, segundo dados da ex-DGT de 2006). De

¹⁴ Rita Dias, “Políticas de Sustentabilidade no Desenvolvimento do Turismo no Litoral Alentejano”, CoPraNet (Coastal Practices Network), Projecto INTERREG IIIC, s/d.

acordo com os cálculos, chega-se à conclusão de que a área da península de Tróia corresponde a 18% da área do concelho de Albufeira e que a mesma proporção se verifica para o número de camas. Por outras palavras, segundo estes dados, a pressão genérica do turismo sobre o território virá a ser tão elevada na Península de Tróia quanto já o é num concelho que é conhecido por ter sido bastante permissivo em relação à construção turística, o concelho de Albufeira. Isto é, se considerarmos que a capacidade de carga, para efeitos de turismo, foi excedida no caso do concelho de Albufeira, então é natural que o mesmo tipo de pressão sobre o território se venha a fazer sentir na península de Tróia, quando o empreendimento estiver completamente construído.

Contudo, para os três projectos PIN que ficam na faixa costeira imediatamente a sul da península de Tróia, as áreas são superiores e o número de camas turísticas (e mesmo o número de camas turísticas e de alojamento residencial) é menor. Por isso, a pressão sobre o território deverá ser menor.

A apreciação da capacidade de carga por esta forma tem a vantagem de ser de carácter genérico e de não ter parâmetros preestabelecidos, os quais seriam, necessariamente, em larga medida arbitrários. Com efeito, limita-se a fazer a comparação com uma situação conhecida, permitindo que quem esteja a fazer a apreciação disponha de uma base concreta para a avaliação.

No entanto, esta comparação não é isenta de problemas. Com efeito, muito depende das fronteiras que forem delimitadas para efectuar o cálculo da pressão das camas turísticas. Por exemplo, mesmo continuando a tomar o concelho de Albufeira como caso paradigmático de uma situação que excedeu a capacidade de carga genérica, pode-se considerar para o litoral alentejano o total da área das UNOR previstas no PROTALI (as seis UNOR da costa alentejana a norte de Sines) e os projectos que têm componentes aprovadas (nas UNOR 1, 2 e 3). Pelos dados apresentados anteriormente neste estudo, o total de camas turísticas previstas para estas três UNOR é de 21 771 camas, enquanto que a área total das referidas seis UNOR é de 174 km². Neste caso, e tomando os valores de Albufeira como base de comparação, constata-se que a área das UNOR corresponde a 123% da área do concelho de Albufeira, enquanto o número de camas turísticas corresponde a apenas 55%.

Por outras palavras, se não forem construídos empreendimentos turísticos nas UNOR 5 e 6, a pressão sobre o território dos projectos que estão em curso é inferior a metade da pressão actual em Albufeira. Se formos mais longe e tomarmos a área total dos concelhos onde os referidos projectos estão implantados (concelhos de Alcácer do Sal e Grândola), então a pressão será ainda muito menor do que a actualmente existente no concelho de Albufeira. Isto mostra que a apreciação da capacidade de carga genérica é um assunto delicado, cujos parâmetros de avaliação devem ser cuidadosamente explicitados e examinados.

Uma outra forma de encarar a capacidade de carga consiste em tratar não de uma zona em geral, mas de atractivos turísticos específicos, por exemplo, praias, miradouros, museus, etc. Relativamente às praias, tem-se utilizado em Portugal a noção de que a capacidade de carga de uma praia normal é de, no máximo, 10 m² por banhista. Já no caso de miradouros ou museus, poder-se-ão utilizar áreas muito menores, da ordem dos 2 m² por visitante. Nesta abordagem seria necessário avaliar os atractivos turísticos um a um e estabelecer as respectivas capacidades de carga individuais.

No entanto, também a consideração dos atractivos turísticos individualmente considerados levanta alguns problemas. Por exemplo, no caso das praias, a definição destas depende muito dos acessos que existirem ou que forem construídos. Se considerarmos o total da extensão de areal contínuo de Tróia a Sines, então é natural que a pressão exercida pelas quase 22 000 camas turísticas previstas seja inferior aos referidos 10 m² por banhista. Mas muito depende dos acessos. Se os limites de uma praia forem definidos como distando dez minutos a pé de cada lado do acesso, então a área de areal a considerar é muito menor e já será necessário fazer avaliações durante a época alta para se saber se o valor máximo está ou não a ser atingido.

Um comentário genérico que se pode fazer é que poderá ou não chegar-se ao limite da capacidade de carga das praias desta subzona, conforme sejam ou não construídas novas estradas de grande movimento paralelas à costa¹⁵. Actualmente, existe apenas uma estrada secundária paralela à costa e algo distante desta. Os acessos à praia fazem-se

¹⁵ Como seja o caso do IC 4 (Sines - Lagos - Portimão - Faro), previsto no PRN 2000 - Plano Rodoviário Nacional, cujo troço Sines - Lagos ainda tem o respectivo traçado por definir. Esta circunstância decorre da significância dos impactes previsíveis nas áreas classificadas a afectar, não só pela implantação de tal infra-estrutura linear, mas também pela pressão humana e mesmo edificadora que se antecipam.

por caminhos perpendiculares à costa e à estrada e estes não são em número muito elevado, muitos deles sendo de terra batida sem facilidades de estacionamento de automóveis. No entanto, caso seja alargada e melhorada a actual estrada e caso se multipliquem os acessos à praia, com estacionamento, então existem condições para que surjam mais empreendimentos destinados a explorar a faixa costeira assim aberta, da mesma forma que é natural que aumente o número de turistas que se deslocam às praias de automóvel, a partir das cidades de Lisboa e de Setúbal¹⁶. Neste caso, a capacidade de carga em termos do produto Sol & Mar da faixa costeira entre Tróia e Sines já deverá merecer mais atenção e estudo cuidadoso, em relação com as formas de planear o turismo a desenvolver para além dos projectos PIN já existentes.

Quando estão envolvidas, como é o caso, áreas protegidas, o cálculo da capacidade de carga torna-se ainda mais complexo, por exigir que sejam consideradas variáveis adicionais. Com efeito, neste caso não se poderá fugir a ter de considerar a capacidade de carga de cada atractivo turístico em particular. Assim, quando for implementado o que resultar do programa de visitaçã¹⁷ (no pressuposto de que o referido resultado terá componentes situadas na zona de estudo), facilmente se depreende que a capacidade de carga deverá contemplar vários aspectos. Por exemplo, se estiver em causa um ponto de observação de vida selvagem ao ar livre, a entidade que planear o programa de visitaçã terá de fazer uma avaliação do número máximo de visitantes que podem estar nesse ponto, sem prejudicar o carácter natural da vida vegetal e animal que estiver sob observação. Se for antes um posto fixo e camuflado na paisagem de observação de pássaros, é óbvio que a capacidade de carga diária corresponde à lotaçã máxima do posto de observação, multiplicada pelo número de rotações diárias de visitantes. No entanto, é a própria construçã do posto fixo que deve ser precedida de avaliaçã da dimensã máxima que este pode ter sem perturbar a vida natural.

Mas o mais normal é que se procure determinar a capacidade de carga para um território mais ou menos vasto, no qual estão incluídos vários atractivos turísticos. Por exemplo, pode-se considerar o território constituído pela faixa costeira que acom-

panha o areal contínuo que vai de Tróia a Sines. Neste caso, estabelecer a capacidade de carga atribuindo especial ponderaçã à capacidade máxima do atractivo turístico que se apresentar como a restriçã mais limitativa, deverá ser o mais correcto. Embora os visitantes de um território relativamente vasto possam distribuir-se por vários atractivos, não estando todos ao mesmo tempo, no mesmo atractivo, o princípio da precauçã recomenda que se salvguarde o atractivo mais limitativo (eventualmente o mais sensível). Como é óbvio, deve-se ter em conta o número total de camas, incluindo as camas turísticas propriamente ditas e as camas para-turísticas (as correspondentes à componente imobiliária, que todos os projectos PIN desta região apresentam). A regulaçã da distribuçã pelos vários atractivos pode ser deixada à conjugaçã entre a imposiçã de lotaçã máxima para cada um deles e a gestã da procura através dos preços.

No caso da já referida faixa costeira Tróia/Sines, o problema das capacidades dos atractivos que não sejam o sol e praia é que tais atractivos são ainda em número reduzido. A questã que se põe é, antes de mais, a de conceber e implementar esses atractivos e não a de limitar a lotaçã máxima ou o número de visitantes/hora. Passará ainda algum tempo até esses atractivos se revelarem realmente complementares ao sol e praia. Portanto, neste caso, o factor mais limitativo, a capacidade de carga das praias, parece ser simultaneamente a limitaçã operativa que tem mais importãncia prática. Entã, considerar a forma de regular a capacidade de carga genérica (isto é, a pressã geral sobre o território que é suportável sem afectar significativamente a natureza) consiste em regular a afluência a essas praias através da gestã do número total de camas turísticas e para-turísticas, sem deixar de considerar o número de visitantes que, ao fim de semana (e com maior acuidade nos fins-de-semana de Verã) acorrem às praias a partir de Lisboa e de Setúbal.

(c) Polarizaçã de Projectos e Reordenamento Turístico

Numa perspectiva global, procurando ter uma visã de conjunto sobre os projectos turísticos

¹⁶ De referir que estamos numa zona inserida em Rede Natura já com um plano de gestã sectorial entretanto aprovado - RCM n.º 115-A/2008, 21 de Julho. Por outro lado, o PSRN2000 vincula as entidades públicas, dele se extraindo orientações estratégicas e normas programáticas para a actuaçã da administraçã central e local, devendo as medidas e orientações nele previstas serem inseridas nos planos municipais de ordenamento do território, PMOT, e nos planos especiais, PEOT, no prazo máximo de seis anos após a sua aprovaçã.

¹⁷ O Programa de Visitaçã e Comunicaçã na Rede Nacional de Áreas Protegidas foi concluído em 2006, pelo ICN - Instituto de Conservaçã da Natureza. Em concretizaçã deste Programa, em Março de 2008 (Despacho n.º 8041/2008, de 18 de Março) foi criado um grupo de trabalho para, no prazo de 3 meses, proceder à definiçã estratégica da visitaçã em Áreas Protegidas.

previstos e/ou em construção, é possível constatar um certo reordenamento territorial dos diversos destinos turísticos do Sudoeste do país. Consta-se, assim, uma tipificação diferenciada de projectos, consoante a respectiva tendência de localização.

Desde logo, os quatro projectos PIN situam-se, em grande medida, na parte norte do Sudoeste, configurando uma lógica de implantação de projectos turísticos de grandes dimensões. De natureza bem distinta, verifica-se então um segundo tipo, localizado sobretudo a sul daquele território, em que a dispersão, mais do que a concentração de projectos, parece dar uma determinada tendência de polarização turística na respectiva zona.

Trata-se, no fundo, de um processo de diferenciação turística que parece acompanhar de perto a própria distinção ao nível territorial, ambiental, económico-social e patrimonial. Ou seja, aquela diferenciação de tipologias de projectos turísticos para o Sudoeste parece ir ao encontro de outras tipificações (possíveis de identificar nos contextos territorial e patrimonial). Deste modo, também naqueles diversos níveis demos conta (no estudo de base a publicar) de uma distinção significativa entre a zona norte (envolvendo os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Sines e Santiago do Cacém) e a zona sul (basicamente, os concelhos algarvios de Aljezur e de Vila do Bispo). Significativamente, também constatámos alguma especificidade numa zona “centro” (o concelho de Odemira), actuando, contudo, como um espaço de transição entre aquelas duas primeiras zonas.

Poderemos pois concluir que é na zona norte do Sudoeste que se situam os grandes projectos turísticos, precisamente a zona territorialmente mais ampla, de maior influência da Região de Lisboa, com uma maior diluição no espaço de factores ecológicos e com um historial de algum modo propiciador ao lançamento daquele tipo de projectos. Pelo contrário, a zona sul do Sudoeste tem uma outra condição territorial e ambiental, mais densificada do ponto de vista ecológico, em que já se têm vindo a implantar, nas últimas décadas, muitos projectos turísticos mas de pequena dimensão, ainda que localizados de modo bastante disperso.

Assim, as tendências mais marcantes assinaladas, conjugando o tipo de projectos turísticos com os respectivos destinos, levam-nos a admitir estarmos perante, daquele ponto de vista, um determinado reordenamento territorial do Sudoeste, o que sem dúvida implica novos problemas para a sustentabilidade turística do território em causa.

(d) Algumas Observações Conclusivas

À guisa de remate do que acabámos de expor, avancemos num conjunto de tópicos que, de forma esquemática, sintetizem algumas observações conclusivas das abordagens realizadas:

- A proximidade territorial da Área Metropolitana de Lisboa, a contiguidade espacial com o Algarve, a extensa orla marítima e a relativa proximidade a Espanha, colocam o Sudoeste numa posição privilegiada do ponto de vista de potencialidades de desenvolvimento turístico (acompanhado por uma procura crescente e efeitos de pressão sobre os recursos naturais e paisagísticos).
- A região em causa tem disponibilidade de recursos naturais, paisagísticos, culturais e patrimoniais que permitem a diversificação da oferta turística da região para novos produtos turísticos além do tradicional “sol e mar”.
- No entanto, é necessário um desenvolvimento turístico sustentável da região, que permita a expansão da oferta e procura turísticas mas que, ao mesmo tempo, não coloque em risco a riqueza natural e paisagística do território, bem como a sustentabilidade social e económica do mesmo.
- Torna-se exigente também a promoção do desenvolvimento turístico do Sudoeste baseado na qualificação da oferta mas também da procura turística.
- Consta-se a urgência dos actores sociais da região desenvolverem um entendimento mútuo sobre novas formas de participação e de governação, centradas no envolvimento e interacção da sociedade civil com o quadro institucional existente.
- Também se constata um compromisso público dos grandes grupos económicos ligados ao turismo em torno das preocupações de sustentabilidade do território e dos produtos turísticos.
- Deverá ser assegurado o acompanhamento permanente dos projectos concluídos e previstos, numa óptica de adaptação dos mesmos às exigências de sustentabilidade do Sudoeste.

Bibliografia*

- ALBUQUERQUE, M.; GODINHO, C. (2001), *Turismo: Diagnóstico Prospectivo*, Documentos de Trabalho Dinâmicas Sectoriais, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica, Ministério da Economia, Lisboa.
- ALMEIDA, M. (2004), *Integração da Actividade Turística nos Instrumentos de Gestão Territorial - Estudo de Caso: O Alentejo Litoral*, Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- AUGUSTO MATEUS E ASSOCIADOS (Coord.) (2005), *Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas* (vários volumes), Observatório do QCA, Lisboa.
- BAPTISTA, A. M. (1995), “Rede Urbana Nacional: Problemas, Dinâmicas, Perspectivas”, in MPAT, *Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território*, Lisboa, MPAT-SEALOT.
- BATISTA, A. M. (1999), *Políticas para o Desenvolvimento do Interior, Um Contributo para o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006*, CCDR Centro, Coimbra.
- BESSA, D. (Coord.) (2003), *Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos*, Lisboa.
- BRUNDTLAND, G.H. et al. (1987), *Our Common Future*, World Commission on Environment and Development, Oxford, Oxford University Press. (trad. port. *O Nosso Futuro Comum*, Lisboa, Meribérica-Liber, 1991).
- BUTTEL, F. H. (1992), “Sustainable Development”, in *Concise Encyclopedia of Participation and Co-management*, Walter de Gruyter, Nova Iorque.
- CARETO, H. e LIMA, S. (2006), *Turismo e Desenvolvimento Sustentável 1*, GEOTA, Lisboa.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALGARVE (2006), *Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve*, Proposta de Plano (a aguardar aprovação), CCR-Algarve, Faro.
- DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1997), *Sistema Urbano Nacional. Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais*, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano.
- DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (2007), *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*, Relatório e Programa de Acção Propostos, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa.
- DRUMMOND, I. e MARSDEN, T. (1999), *The Condition of Sustainability*, Londres e N. York, Routledge.
- FERRÃO, J. (1997), “Rede Urbana, Instrumento de Equidade, Coesão e Desenvolvimento?”, in Conselho Económico e Social, *A Política das Cidades*, Lisboa.
- FERRÃO, J. (Coord.) (2002), *As Regiões Metropolitanas Portuguesas no Contexto Ibérico*, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- FERRÃO, J. e MARQUES, T. S. (2002), *Sistema Urbano Nacional – Síntese*, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- FERRÃO, J. (2003), “Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento, Portugal 1991-2001”, in *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 34, INE, Lisboa.
- FERRÃO, J. (Coord) (2004), *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida*, ICS, Instituto do Ambiente (Documento obtido através da Internet).
- FERREIRA, V. M. (1998), “Portugal XXI – da Urbanização ao Reencontro da Urbanidade?”, in Rosas, Fernando (Coord), *Portugal na Transição do Milénio*, Lisboa, Fim de Século Edições.
- INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (2006), *Plano Sectorial da Rede Natura 2000*, Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa.
- INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (2006), *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*.
- INE (2004), *Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional*, Lisboa.
- INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001.
- INE, Anuários Estatísticos do Algarve (vários anos).
- INE, Anuários Estatísticos do Alentejo (vários anos).
- INE, Retratos Territoriais (vários anos).
- INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2004.
- INOFOR (2005), *O Turismo em Portugal – Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação*, Coleção Estudos Sectoriais, n.º 27, Lisboa.
- LUÍS, E. (2001), *Turismo e Desenvolvimento do Espaço Rural: o caso do Concelho de Santa Marta de Penaguião*, Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Universidade Nova de Lisboa, Monte da Caparica.
- MACHADO, F. L. e COSTA, A. F. (1998), “Processos de uma modernidade inacabada”, in *Portugal. Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- MAOTDR (2006), *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - Programa de Acção*, Lisboa, MAOTDR, Dezembro.
- MARTINEZ-ALLIER, J. (1999), “The Socio-ecological Embeddedness of Economic Activity: The Emergence of a Transdisciplinary Field”, in: Becker, Egon e Thomas, Jahn (eds.) *Sustainability and the Social Sciences. A cross-disciplinary approach to integrating environmental considerations into theoretical reorientation*, Zed Books, Londres e Nova Iorque.

* A presente bibliografia é mais ampla do que as referências explicitamente utilizadas. Considerou-se, contudo, que a problemática em causa justificava um alargamento das fontes bibliográficas que, precisamente, ajudam a sustentar aprofundamentos analíticos e empíricos da problemática em causa.

MEADOWS, D. et al. (1992), *Beyond the Limits*, (trad. cast. *Más allá de los Límites del Crecimiento*, Madrid, El País/Aguilar).

MEPAT (1998), *O Território para o Século XXI, Seminário Internacional*, Lisboa, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

MEPAT (1999), *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006*, Lisboa, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

MEPAT (1993), *Preparar Portugal para o século XXI*, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

OBSERVATÓRIO DO QCA (2007), *Programa Operacional Temático Valorização do Território 2007-2013*, Lisboa.

OBSERVATÓRIO DO QCA (2007), *Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013*, Lisboa.

REDCLIFT, M. (1992), *Sustainable Development. Exploring the contradictions*, Routledge, Londres.

RIBEIRO, J. F. (1998), “O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES). Implicações para o Ordenamento do Território – uma Leitura”, in MEPAT, *O Território para o Século XXI. Seminário Internacional*, Lisboa.

RIBEIRO, J. F.; CHORINCAS, J.; MARQUES, I.; PROENÇA, M. (2003), *Portugal, o Litoral e a Globalização*, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Lisboa.

SACHS, I. (1999), “Social Sustainability and Whole Development: Exploring the Dimensions of Sustainable Development”, in Becker, E. e Thomas, J. (eds.) *Sustainability and the Social Sciences. A cross-disciplinary approach to integrating environmental considerations into theoretical reorientation*, Zed Books, Londres e Nova Iorque.

SCHNAIBERG, A. e KENNETH, A. (1994), *Environment and Society. The Enduring Conflict*, St. Martin's Press, Nova Iorque.

TURISMO DE PORTUGAL (2006), *Plano Estratégico Nacional do Turismo – para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*, Lisboa.

TURISMO DE PORTUGAL (2006), *Dez Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal* (vários volumes), Lisboa.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME/ WORLD TOURISM ORGANIZATION (2005), *Making Tourism More Sustainable. A Guide for Policy Makers*. UNEP/WTO, Paris e Madrid.

VAILLANCOURT, J.-G. (1995), “Sustainable Development: A Sociologist's View of the Definition, Origins and Implications of the Concept”, in Mehta, Michael D. e Ouellet, Eric (eds.), *Environmental Sociology. Theory and Practice*, Captus Press Inc., Ontário.

VIANA, A.S. (2007), *Una Aproximación al Turismo Sostenible*, in IX Reunión de Economía Mundial, Universidad de la Extremadura.

VIEIRA, J. (2007), *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo. Uma Perspectiva Estratégica*, Verbo, Lisboa.

VITORINO, N. (2006), *Cooperação Territorial, Propostas de Orientação*, Observatório do QCA, Vila Viçosa.

World Tourism Organization (2004), *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations, A Guidebook*, WTO, Madrid.